

Entrevista: David Wilkins, vice-reitor de Direito de Harvard

30/03/2019

A tecnologia não vai mudar todos os aspectos do Direito e do trabalho do advogado, mas é preciso que o profissional conheça as novas ferramentas que tem à mão para exercer melhor a advocacia. É o que defende **David Wilkins**, vice-reitor da Faculdade de Direito de Harvard.

Divulgação



Para David Wilkins, advogados precisam conhecer a tecnologia, mas não construí-la.
Divulgação

Wilkins veio ao Brasil para falar sobre o futuro das profissões em evento do Instituto New Law, nesta quarta-feira (27/9), em São Paulo. "Pensam que advogados vão virar robôs, que não haverá mais espaço para o tipo de habilidades e serviços que oferecem. Até onde a gente sabe, a advocacia vai continuar um negócio de capital humano", disse à **ConJur** antes de encarar uma plateia cheia de advogados.

Ele ressaltou que, apesar de a tecnologia capaz de ajudar os escritórios e as cortes judiciais já estar em pleno funcionamento, ainda há muito que caminhar no sentido da tomada de decisões éticas quando falamos de inteligência artificial no Direito.

Leia a entrevista:

ConJur — O que um estudante de Direito deve saber sobre tecnologia?

David Wilkins — Eles precisam saber algumas coisas. Primeiro deve entender que a tecnologia vai mudar a prática do Direito durante suas carreiras, e vai mudar de um jeito significativo. Segundo, como a tecnologia funciona. Eu não acredito que todo estudante precise saber como programar. Afinal, você está usando o seu Iphone, mas você sabe como programá-

lo? Eu também não.

ConJur — O que ele precisa saber na prática, então?

David Wilkins — É importante saber o que o Iphone está fazendo, que tipo de informação esta coletando e o que ele significa em nossas vidas. Se os advogados vão usar inteligência artificial, *machine learning*, análise preditiva, contratos inteligentes, *Blockchain*, não necessariamente eles precisam saber como criar essas coisas. O que eles precisam é saber como elas funcionam e quais são os custos e os benefícios de usá-las.

ConJur — Parece um exagero que algumas empresas queiram que os advogados entendam de algoritmos e saibam como programar se os problemas do Direito vão continuar substancialmente os mesmos?

David Wilkins — Os advogados que falam sobre a tecnologia no Direito superestimam e subestimam a questão. Eles subestimam porque acreditam que a tecnologia está acontecendo apenas no Direito. A tecnologia está mudando o mundo todo e tudo que estamos fazendo, por que não iria mudar o Direito?

ConJur — E quando superestimam?

David Wilkins — Quando assumem que a tecnologia vai mudar absolutamente tudo. Pensam que advogados vão virar robôs, que não haverá mais espaço para o tipo de habilidades e serviços que oferecem. Até onde a gente sabe, a advocacia vai continuar um negócio de capital humano. Isso significa que continuará a necessidade de recrutar pessoas boas e ensinar como prestar serviços de alta qualidade.

ConJur — E o que o senhor chama de serviço de qualidade no Sistema Jurídico muda com a tecnologia?

David Wilkins — Aqui está a pegadinha, para oferecer um serviço de alta qualidade no Direito, será necessário entender sobre tecnologia. Porque tecnologias são ferramentas, e os advogados vão ter que entender a usá-las para serem bons profissionais. Mas isso não significa que a ferramenta vai substituir tudo que um advogado faz.

ConJur — Não existem mais muitas questões técnicas no uso de inteligência artificial no Direito. Mas os problemas éticos ainda não foram todos resolvidos. Qual o limite moral para transferir a capacidade de decisão para uma máquina e quem responderá por um erro dela?

David Wilkins — Essa é uma questão muito, muito grande, que nós estamos apenas começando a responder. É muito importante que a gente faça essa pergunta, em vez de apenas admitir que demos a capacidade de decisão aos engenheiros que conseguiram as soluções tecnológicas mais incríveis, para então lidarmos com as consequências, não importa quais sejam. A tecnologia tem escolhas éticas.

ConJur — Poderia dar um exemplo?

David Wilkins — O carro sem motorista tem um milhão de questões éticas por trás. Como, por exemplo, no caso de acontecer um acidente, ele deve atropelar o pedestre ou bater em um poste? Costumava ser um humano que tomava essa decisão, agora é um software. Nós precisamos entender essas escolhas e abrir um caminho para intervir no processo de criação de

tecnologia que aborde tantas questões éticas.

ConJur — Isso também pode acontecer no Direito?

David Wilkins — Claro. Pegue a análise preditiva. Nos Estados Unidos, nós temos um sistema de fiança no qual se você é preso por um crime vai para a prisão até o seu julgamento, a não ser que possa pagar para garantir que você vai aparecer na sua audiência. Antes eram os julgamentos individuais de cada juiz que determinavam o valor caso você possa pagar. Agora, há um programa de inteligência artificial baseado em no aprendizado da máquina sobre todas as decisões anteriores que foram feitas por juízes para decidir quem provavelmente vai voltar para a audiência e quem não vai.

ConJur — E o que deu errado?

David Wilkins — Isso é maravilhoso. Exceto que muitas das decisões anteriores nós sabemos que foram resultado de um viés racial. Sabemos que pessoas negras no Estados Unidos pagam fianças com muito menos frequência que as pessoas brancas. Ou seja, se construirmos um algoritmo baseado em performances anteriores, vamos levar todo viés racial para o sistema. Agora as pessoas estão tentando resolver essa questão.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2019-mar-30/entrevista-david-wilkins-vice-reitor-direito-harvard/>